

## EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO NA CORÉIA DO SUL

Michelle Merética Miltons<sup>1</sup>  
Ednaldo Michelin<sup>2</sup>

### RESUMO

A Coréia do Sul experimentou um crescimento econômico notável nas últimas décadas, especialmente entre os anos de 1960 e 1996. Uma das principais razões de tal transformação foi o desenvolvimento educacional. Este artigo objetiva verificar se os governos sul-coreanos deram prioridade à educação formal com vistas a colaborar em seus projetos de desenvolvimento a partir de 1945. Os resultados indicam que a educação foi prioridade para os governos, exceto, em parte, para o governo de Chun Dae-hwan, onde a expansão do nível superior se deu muito mais em função da demanda popular.

Palavras-chave: educação, crescimento econômico, Coréia do Sul.

### ABSTRACT

South Korea experienced a remarkable economic growth last decades, especially between 1960 and 1996. One of main reason of the Korean transformation was the education development. This paper wants to check if the South-Korean governments have given priority to formal education to help its development projects since 1945. The results suggested that, in fact, the governments have given priority to education. However, in military government of Chun Dae-hwan, the educational expansion of high level was a result of popular demand.

Key-words: education, economic growth, South Korea.

## 1 INTRODUÇÃO

O papel da educação no crescimento econômico tem sido objeto de atenção na literatura. Há um relativo consenso de que a educação contribui para o crescimento de diversas formas. Uma delas é através da melhoria da qualidade da força de trabalho que, mais capacitada, estará mais apta para absorver, reproduzir e desenvolver tecnologias, tornando-se, portanto, mais produtivo. E o aumento da produtividade marginal do trabalho traz, como resultado, o crescimento da renda da firma e, em termos agregados, o crescimento da economia.

O presente trabalho irá adotar essa linha de argumentação, entendendo ser a acumulação de conhecimentos fator chave na determinação do crescimento econômico. A partir desta concepção, pretende-se analisar o papel da educação no processo de crescimento econômico da Coréia do Sul – doravante, Coréia.

A escolha da Coréia se justifica por sua experiência de crescimento. Quando da proclamação da República da Coréia, em 1948, o país contava com uma renda *per capita* inferior a US\$ 100. Após alterar a estratégia de crescimento, da industrialização por substituição de importações para a industrialização pesada voltada para fora, o país vivenciou um período de grande crescimento econômico só interrompido substancialmente no final dos anos 1970, com o segundo choque do petróleo e em 1997-98, na crise asiática, de 1997. Mas, em ambos os casos, a Coréia se recuperou

---

<sup>1</sup> Mestre em Economia pela UEM, Consultora de Projetos do Ministério da Saúde. Endereço Eletrônico: m\_miltons@hotmail.com

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Agronomia e do Programa de Mestrado em Economia na UEM. Endereço Eletrônico: emichelon@uem.com.br

em relativamente pouco tempo. Atualmente, ela é considerada um país desenvolvido. Sua renda *per capita* já supera US\$ 14.000, o que a coloca entre as quinze maiores economias do mundo.

A experiência educacional na Coreia também justifica sua escolha como objeto de estudo. É notório o fato deste país ter atingido a universalização da educação básica no final da década de 1960 e do ensino médio na década de 1980. Os anos de 1980 e 1990, ainda, assistiram a uma forte expansão das matrículas em nível superior. A evidência empírica mostra que a Coreia atingiu um elevado nível de qualificação de sua mão-de-obra por meio da educação formal.

Este artigo procurará responder se os governos priorizaram a educação formal<sup>3</sup> com vistas a colaborar no projeto de desenvolvimento econômico. Com exceção do governo de Syngman Rhee, tanto os governos militares quanto os civis se utilizaram do planejamento e administraram o país por meio de Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico. A questão colocada indaga se a educação foi vista como indispensável pelos governos dentro desse planejamento geral.

A hipótese adotada é que o governo considerou a educação como chave no processo de desenvolvimento econômico em todo o período de análise, variando apenas na intensidade e na forma. A metodologia do trabalho consiste em levantamento bibliográfico sobre as estratégias de desenvolvimento e as políticas educacionais.

## 2 A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Compreender o papel da educação no processo de crescimento econômico de um país vai certamente além da estimação de seu peso relativo na composição da renda. A contabilidade do crescimento considera a variável capital humano – cujo componente principal é a educação, medida, principalmente, pela média de anos de escolaridade formal da população adulta – como um insumo que explica relativamente pouco do crescimento (Lee, 1996).

Entretanto, há que se considerar que sua mensuração é prejudicada quando reduzida somente aos anos de escolaridade. O exemplo da Coreia mostrará que a educação pode contribuir mais no desenvolvimento de um país do que a contabilidade do crescimento sugere. Ela aumenta a produtividade dos trabalhadores, a habilidade no desenvolvimento da ciência e tecnologia. Facilita a absorção de tecnologias. Enfim, a educação evidencia e amplifica a capacidade individual e contribui para o desenvolvimento da nação.

A presente seção objetiva apresentar as principais contribuições da teoria econômica quanto à importância do capital humano no processo de crescimento econômico.

### 2.1 A TEORIA DO CAPITAL HUMANO

A Teoria do Capital Humano foi desenvolvida principalmente por Gary Stanley Becker em seu livro *Human Capital*, publicado em 1964. Neste trabalho, a educação e a formação foram consideradas como investimentos realizados conscientemente por indivíduos racionais, com o objetivo de aumentar sua eficiência produtiva e sua renda. A teoria faz uso de microfundamentos, considerando que o agente econômico, no momento da tomada de decisão acerca de investir ou não em educação escolhe entre os benefícios que obterá no futuro e os custos do investimento de sua formação (que incluem os custos de oportunidade e os gastos com os estudos propriamente ditos).

A análise de Becker (1964) oferece uma explicação de um amplo espectro de fenômenos empíricos, aos quais têm sido dadas interpretações *ad hoc*. Entre eles, estão os seguintes: a) os

---

<sup>3</sup> Por educação formal, entenda-se a educação escolar, tratada aqui desde o nível primário até o nível superior, excluindo-se, portanto, o maternal, a pré-escola e a pós-graduação.

rendimentos costumam aumentar com a idade a uma taxa decrescente, e essa tendência tende a ser positivamente relacionada com o nível de qualificação do indivíduo; b) as taxas de desemprego tendem a ser inversamente relacionadas com o nível de qualificação; c) pessoas mais jovens mudam de emprego com mais frequência e recebem mais treinamento e escolaridade do que pessoas mais velhas; d) a distribuição de rendimentos é positivamente inclinada, especialmente entre profissionais e outros trabalhadores qualificados e; e) pessoas mais hábeis recebem mais treinamento.

A produtividade dos trabalhadores pode ser aumentada pelo aprendizado de novas capacitações que, necessariamente, pressupõem um custo que inclui: tempo despendido, pagamento pelo fornecimento do ensino, equipamentos e materiais utilizados. O montante gasto e a duração do treinamento variam em cada caso. Becker (1964) especifica três formas pelas quais o indivíduo pode adquirir qualificações: por meio do treinamento geral, dado pelas firmas, do treinamento específico, também fornecido por firmas com objetivos mais restritos e pela escolaridade formal. O autor deixa clara a relação existente entre os ganhos e a qualificação dos indivíduos.

Theodore Schultz (1973) trabalhou a importância do investimento em homens e em pesquisa na determinação do crescimento econômico, até então negligenciados pela teoria econômica. Segundo o autor, o investimento na pesquisa é necessário para a obtenção de informações, habilidades e técnicas novas, sendo os investimentos em capital humano os principais responsáveis pelo crescimento da renda real do trabalhador. O aperfeiçoamento da qualidade do esforço humano resulta em incrementos de produtividade. Conforme esta aumenta, em resposta aos crescentes gastos em qualificação, a taxa de retorno torna-se positiva. Assim, a maior parte da diferença existente entre rendimentos seria resultante dos diferentes montantes investidos nos indivíduos, o que significa que investir em capital humano contribui na redução das desigualdades de renda<sup>4</sup>.

A idéia principal de Schultz (1973) é de que não é possível haver crescimento econômico simplesmente pelo aumento da quantidade dos insumos tradicionais – capital físico, trabalho e terras – mas sim, através da introdução de novas formas de capital, tais como o capital humano.

## **2.2 TEORIAS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO: O MODELO DE SOLOW E O MODELO DE SOLOW AMPLIADO COM CAPITAL HUMANO**

Em meados dos anos 1950, Robert Solow analisou os elementos explicativos do crescimento econômico, principalmente o estoque de fatores capital e trabalho. Em seu artigo “*A Contribution to the Theory of Economic Growth*”, de 1956, mostrou a interação entre o crescimento da força de trabalho, o estoque de capital e os avanços tecnológicos em uma economia e como tal relação afeta a produção total de bens e serviços de um país (Mankiw, 2003) no longo prazo.

Solow (1956) não considerou a variável capital humano na determinação da função de produção. A análise do crescimento sustentado no modelo de Solow exige a inclusão da variável progresso tecnológico à função de produção, sendo esta determinada exogenamente. Ao longo da trajetória de crescimento equilibrado<sup>5</sup>, o produto e o capital por trabalhador crescem à taxa do progresso tecnológico, de forma que é possível afirmar que o este gera crescimento *per capita* sustentado. O progresso tecnológico melhora a produtividade do trabalho, impedindo a baixa do produto marginal do capital quando a razão capital/trabalho aumenta.

---

<sup>4</sup> Nessa concepção, investir em capital humano colabora na distribuição de renda desde que seu acesso seja amplamente disponibilizado à população. Caso contrário, será fonte de desigualdade entre os trabalhadores qualificados e não qualificados.

<sup>5</sup> A trajetória de crescimento equilibrado, segundo Jones (2000) pode ser descrita como uma situação em que capital, produto, consumo e população crescem a taxas constantes.

A parte não explicada no modelo, denominada resíduo de Solow, só seria parcialmente desvendada pela inclusão da variável capital humano.

Em 1990, foi publicado o trabalho de Gregory Mankiw, David Romer e David Weil intitulado “*A Contribution to the Empirics of Economic Growth*”, que procurou examinar se o modelo de crescimento de Solow era consistente com a variação internacional nos padrões de desenvolvimento. Os autores concluíram que ele fornece previsões adequadas: quanto maior a taxa de poupança de um país, mais rico ele será e quanto maior a taxa de crescimento populacional, mais pobre ele será. Demonstraram, no entanto, que a inserção da acumulação de capital humano ao modelo fornecia uma descrição mais satisfatória do comportamento das variáveis empiricamente.

Embora a explicação fornecida pelo trabalho de Solow prevesse corretamente a direção dos efeitos da poupança e do crescimento populacional, o modelo MRW, como ficou posteriormente conhecido, considera que ele não o fazia com respeito às magnitudes. Os autores consideram que, quando a acumulação de capital humano é levada em consideração, a acumulação de capital físico e o crescimento populacional exercem grande impacto sobre a renda. A acumulação de capital humano pode estar correlacionada com taxas de poupança e taxas de crescimento populacional, implicando que a omissão da acumulação de capital humano no modelo pode viesar os coeficientes estimados dessas variáveis (poupança e crescimento populacional). Tal correlação foi verificada empiricamente, de forma que a inclusão da variável capital humano no modelo traz como resultado uma alteração quantitativa dos efeitos estimados da poupança e do crescimento populacional, fazendo-o responder por cerca de 80% da variação da renda na análise *cross-country*.

Os resultados do modelo MRW indicam que o modelo de Solow é consistente com a evidência empírica, ajustando-se melhor à realidade quando incluída a variável capital humano. Assim, “*The augmented Solow model says that differences in saving, education, and population growth should explain of the data indicates that these three variables do explain most of the international variation*” (Mankiw, Romer e Weil, 1990, p. 29).

### 2.3 OS MODELOS DE CRESCIMENTO ENDÓGENO

A principal conclusão dos modelos de crescimento econômico que consideram a tecnologia como elemento exógeno é que o país que poupa ou gasta mais em educação deverá alcançar um nível de produto por trabalhador mais alto o que não significa, no entanto, que este país conseguirá sustentar permanentemente determinada taxa de crescimento (Blanchard, 2001).

Alguns autores têm entendido que certas variáveis consideradas exógenas nos modelos de crescimento econômico, na verdade são determinadas endogenamente, tais como a poupança, os gastos com educação e o progresso tecnológico. Esses trabalhos receberam a nomenclatura de modelos de crescimento endógeno por este motivo.

Em seu artigo “*Endogenous Technological Change*”, Romer (1990) desenvolve um modelo onde o crescimento é dirigido pela mudança tecnológica advinda das decisões intencionais de investimento feitas por agentes maximizadores de lucro. A conclusão mais importante do modelo de Romer é que, pelo fato de projetos de pesquisa representarem custos correntes, a taxa de mudança tecnológica é sensível à taxa de juros. A implicação positiva do modelo é que uma economia com um estoque de capital humano maior irá crescer mais rápido.

O modelo sugere que baixos níveis de capital humano podem ajudar a explicar por que o crescimento não é observado em economias não desenvolvidas e fechadas.

## 3 CRESCIMENTO ECONÔMICO E EDUCAÇÃO NA CORÉIA DO SUL: CONSIDERAÇÕES GERAIS

A República da Coreia, país com cerca de 49 milhões de habitantes (World Bank, 2006) e dimensões equivalentes ao estado de Santa Catarina (Fleury e Fleury, 1997), sustentou altas taxas de crescimento econômico entre as décadas de 1960 de 1990. Em 1953, seu Produto Nacional Bruto

(PNB) *per capita* era de somente US\$ 67, mas em 1996, já era superior a US\$ 11.000, ano em que se tornou membro da OCDE. Mesmo após a crise financeira que atingiu o leste asiático em 1997, a Coréia recuperou-se e cresceu 10,7% em 1999 (Song, 2003). A experiência de crescimento com taxas acima da média dos países da OCDE deu-lhe o título de “Tigre Asiático”, assim como a seus vizinhos Taiwan, Hong Kong e Cingapura.

A transformação da Coréia de um país pobre e carente de recursos naturais para uma nação industrializada e desenvolvida é atribuída à interação de vários fatores econômicos e não econômicos. Os fatores econômicos incluem a industrialização pesada, a estratégia de comércio voltada para fora e o forte dirigismo do governo. Fatores não econômicos incluem a política educacional bem-sucedida (Kim, 2001) e a homogeneidade étnica e cultural (World Bank, 2006).

A Tabela 1 apresenta dados relativos ao crescimento do PNB coreano entre 1960 e 2001. Em termos *per capita*, observa-se um crescimento ininterrupto no período 1960-1996, seguido por uma queda nos anos imediatamente anteriores à crise de 1997-98 com posterior recuperação. Esse crescimento notável do PNB *per capita* foi acompanhado, até o início dos anos 1990, de distribuição de renda relativamente equitativa (Song, 2003).

Tabela 31 – PNB *per capita* e PNB, Coréia do Sul, 1953-2001

Ano	PNB per capita [US\$*]	PNB [US\$ bilhões]	Ano	PNB per capita [US\$*]	PNB [US\$ bilhões]
1953	67	-			
1954	70	-	1978	1.400	-
1955	65	-	1979	1.647	-
1960	80	1,95	1980	1.597	60,0
1961	82	2,10	1985	2.242	91,1
1962	87	2,31	1986	2.568	105,4
1963	100	2,72	1987	3.218	133,4
1964	103	2,88	1988	4.295	179,8
1965	105	3,01	1989	5.210	220,4
1966	125	3,67	1990	5.883	251,8
1967	142	4,27	1991	6.757	292,0
1968	169	5,23	1992	7.007	305,7
1969	210	6,63	1993	7.513	330,8
1970	243	7,99	1994	8.483	401,7
1971	289	-	1995	10.823	488,1
1972	319	-	1996	11.385	518,3
1973	396	-	1997	10.315	474,0
1974	541	-	1998	6.744	312,1
1975	594	20,85	1999	8.595	400,7
1976	802	-	2000	9.770	459,2
1977	1.011	-	2001	8.900	421,3

\* A preços de 2003

Fonte: Banco da Coréia e Escritório Nacional de Estatística da Coréia, apud Song (2003).

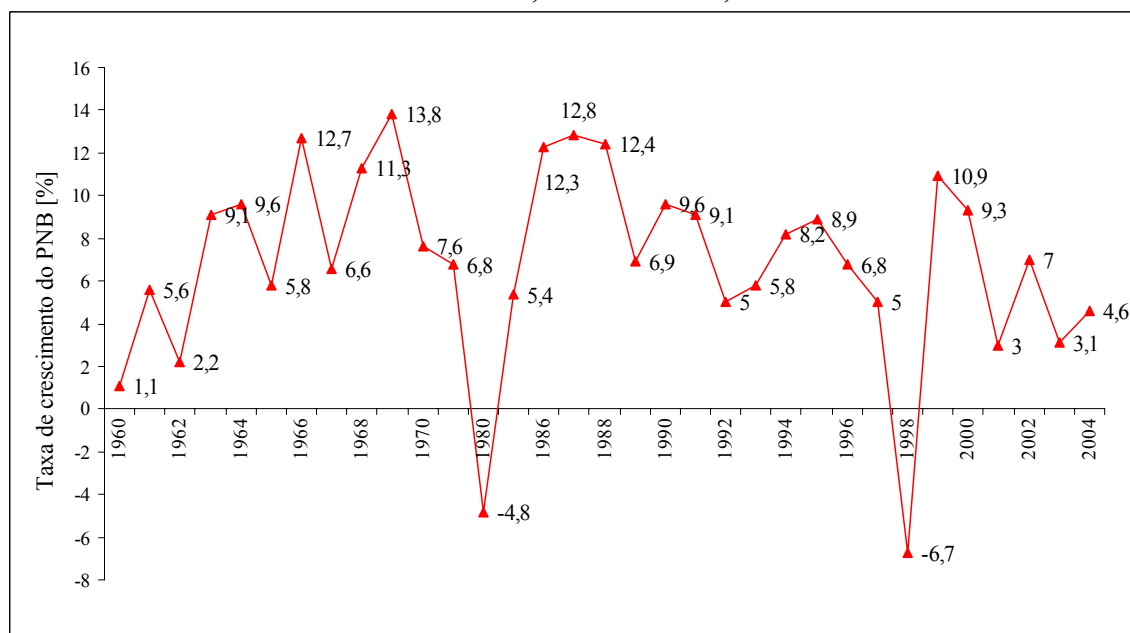
A taxa de crescimento do PNB é apresentada no Gráfico 1, onde é possível visualizar notórios picos em 1966 e no período 1986-1988. As taxas negativas verificadas em 1980 e em 1998 são reflexos, respectivamente, da segunda crise do petróleo e da crise de 1997 (Miltons, 2007).

Na área educacional, o destaque está nos altos índices de escolaridade formal, atingidos consistentemente por meio da orientação da política educacional do governo, aliada à determinação dos pais em prover as condições para a formação superior de seus filhos (Kim e Lee, 2004).

O Gráfico 1 mostra a expansão do número de alunos em todos os níveis de escolaridade. Algumas características da política educacional coreana são evidenciadas a partir de sua leitura, como sua seqüencialidade. A quantidade de alunos do nível elementar cresce fortemente até a

década de 1970, indicando o esforço de universalização perseguido nos anos 1950 e 1960. Logo após, assiste-se o crescimento de alunos da escola média<sup>6</sup>, com pico nos anos 1980, seguido pelo avanço do número de alunos da escola média superior<sup>7</sup>, com ponto máximo nos anos 1990. A mudança no sistema de exames de entrada e de cotas e a abertura de várias instituições de nível superior nos anos 1990 permitiram forte crescimento das matrículas nos anos 1990 e 2000.

Gráfico 1 – Taxa de crescimento do PNB, Coréia do Sul, 1960-2004



Fonte: Banco da Coréia e Escritório Nacional de Estatística da Coréia, apud Song (2003), e Crotty e Lee (2006).

Nota: Dados 2002 a 2004 referem-se à taxa de crescimento do PIB.

Cha (2004) atribui o crescimento das matrículas à instituição seis anos de educação compulsória planejada no final da década de 1950, que habilitou a maioria das crianças em idade relevante a matricular-se nas escolas primárias. Como as ondas da graduação primária se moviam para cima, o número de estudantes da escola secundária ascendia também. As mudanças na política educacional na década de 1980 permitiram o rápido aumento na população no nível superior.

O Gráfico 2 apresenta queda da quantidade de alunos também de forma sequencial: primeiro, do nível elementar, a partir dos anos 1970; depois, da escola média nos anos 1980, da média superior nos anos 1990, e espera-se que seja essa a tendência do nível superior nos próximos anos. O fato é atribuído à diminuição da taxa de crescimento populacional. A ênfase na educação elementar, principalmente no período 1945-1970 é claramente vista pela inclinação das curvas, que denota altas taxas de crescimento.

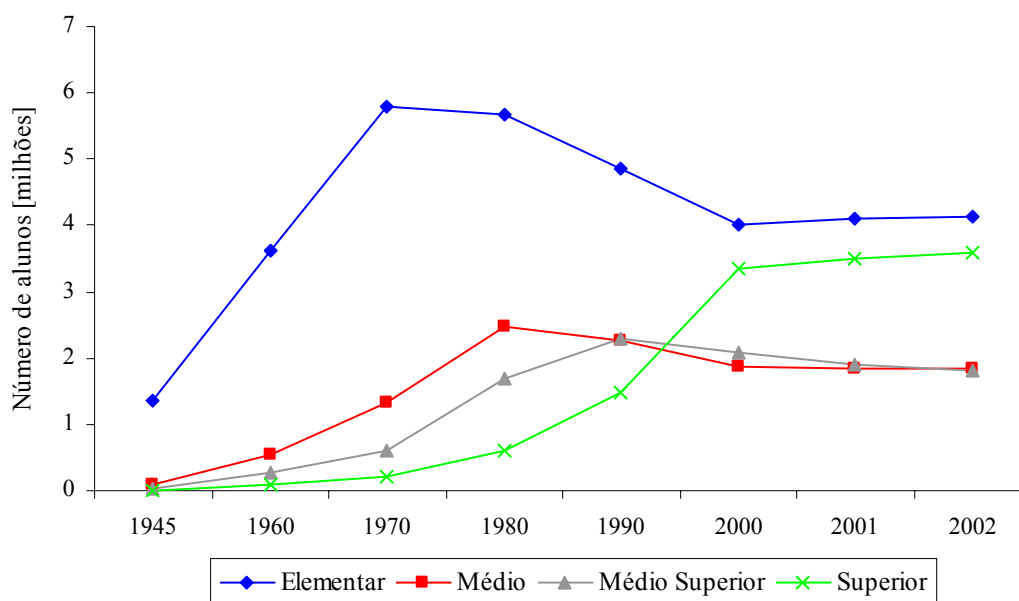
O Gráfico 3 evidencia o êxito da educação na Coréia em termos quantitativos, apresentando a expansão das taxas de matrícula para todos os níveis. A percentagem foi calculada considerando o total de crianças e jovens em idade apropriada dividido pelo total de matriculados em cada nível. O movimento ascendente de todas as curvas em direção à universalização foi claramente um processo sequencial. O ensino primário foi universalizado no final dos anos 1960, ao passo que o secundário atingiu no início dos anos 1980, seguido pelo ensino médio superior, que atingiu mais de 90% nos anos 2000. O ensino superior mostra tendência crescente, com saltos nas décadas de 1980 e 1990, tendo atingido mais de 80% em 2000.

<sup>6</sup> Tradução do termo *middle school*, equivalente aos graus 7 a 9.

<sup>7</sup> Tradução adaptada do termo *high school*, equivalente aos graus 10 a 12.

O sistema educacional atual da Coreia consiste em seis anos de escola primária ou elementar, três anos de escola média ou secundária, três anos de escola média ou secundária superior e dois anos de faculdade júnior ou quatro anos de faculdade ou universidade (sistema 6-3-3-2 ou 6-3-3-4). O ensino compulsório é de nove anos, contemplando a escola primária e média. As escolas médias superiores são divididas em geral (acadêmica) e vocacional ou técnica (Kim, 2001). Com respeito à economia, os governos coreanos optaram por promover o desenvolvimento econômico com o uso do planejamento. Por meio de planos quinquenais de desenvolvimento, traçaram metas quantitativas, especificaram setores prioritários e procuraram intervir na economia de acordo com a orientação planejada.

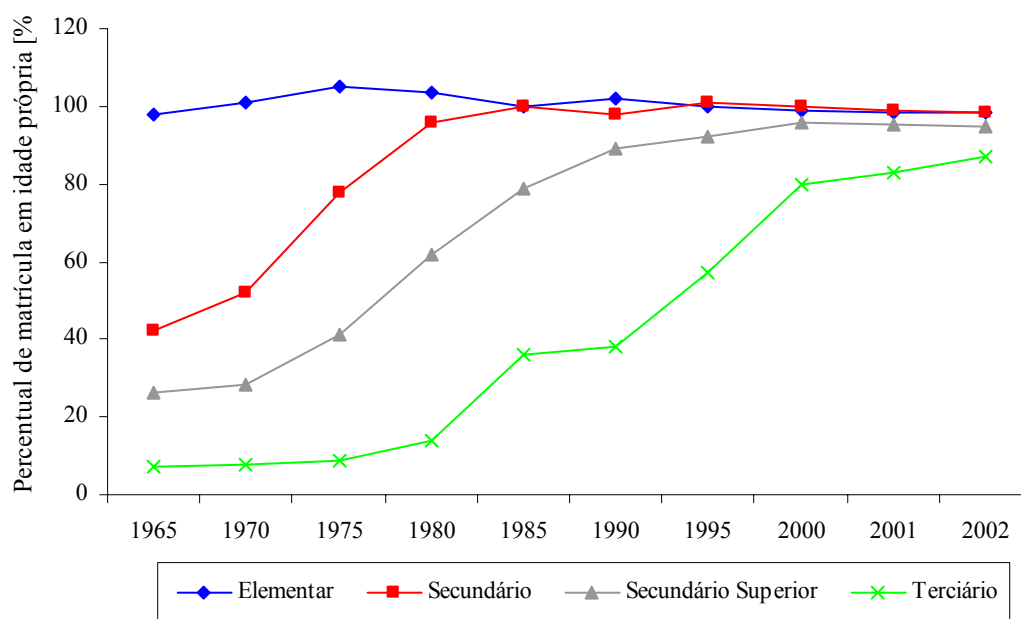
Gráfico 2 – Expansão do número de alunos, Coreia do Sul, 1945-2002



Fonte: MOEHRD (2007)

Nota: o ensino médio superior inclui educação acadêmica e vocacional

Gráfico 3 – Tendências das proporções de matrículas, Coreia do Sul, entre 1965 e 2000



Fonte: KEDI, apud Lee (2004).

Os estágios de desenvolvimento coreano são bem delimitados. O foco saiu da reconstrução do país e da industrialização por substituição de importações após a Guerra da Coréia – década de 1950 – para o crescimento voltado para fora de 1962 a 1973. Com a orientação do governo no sentido de promover a industrialização pesada, o país experimentou forte crescimento nos anos 1970, apesar da crise do petróleo. Esse período assistiu a forte dirigismo do governo, com adoção de política seletiva de incentivos para empresas exportadoras, baseada em desempenho e financiamento, principalmente por meio de empréstimos a taxas de juros baixas.

Nos anos 1990, com o aumento da competição internacional e maior abertura econômica, a margem de lucro dos grandes conglomerados industriais (*chaebol*) cai. Além disso, as dívidas crescentes destes junto a bancos nacionais e estes, a credores estrangeiros, leva a quebra de alguns grupos. Esse fato associado à crise de liquidez e ao ataque contra moedas não só na Coréia, mas em outros países do leste asiático, marca a crise que derrubou a taxa de crescimento do PIB para 6,8 pontos percentuais negativos em 1998. O pacote de ajuda do FMI e sua receita ortodoxa não impediram, no entanto, a recuperação econômica a partir de 1999.

Alguns aspectos importantes dos estágios de desenvolvimento coreano estão brevemente sintetizados no Quadro 1.

Quadro 1 – Estágios e estratégias de desenvolvimento econômico coreano, 1948-2000

Período	Estágios de Desenvolvimento	Estratégias de Desenvolvimento
1945-1961	Período de reconstrução	1. Política de industrialização por Substituição de Importações 2. Indústrias manufatureiras leves 3. Reconstrução nacional
1962-73	Período de crescimento orientado para exportações	1. Orientação para fora (exportação) 2. Indústrias manufatureiras leves
1974-1982	Crise e recuperação	1. Orientação para fora (exportação) 2. Promoção das indústrias pesadas e químicas (HCI)
1983-1996	Recuperação e crescimento	1. Expansão das indústrias intensivas em tecnologia 2. Estabilização de preços
1997-1998	Crise	1. Ênfase nas pequenas e médias empresas 2. Promoção de inovação e empresas de alta tecnologia 3. Abertura comercial
1999 em diante	Recuperação e crescimento	1. Recuperação econômica 2. Introdução de políticas ortodoxas recomendadas pelo FMI 3. Transição para “economia do conhecimento” 4. Ênfase nas indústrias intensivas em alta tecnologia e capital humano

Fonte: Elaboração própria, baseado em Lee (1996) e World Bank (2006).

As próximas seções cuidarão em demonstrar que os governos na Coréia priorizaram a educação em seus projetos de desenvolvimento nacional, consoante hipótese adotada neste trabalho.

#### 4 O PERÍODO 1945-1961

Após a divisão das Coréias, a instauração do governo militar norte-americano na Coréia do Sul durante o período 1945-1948 teve o objetivo de promover a redemocratização do país e foi estendido até a chamada Primeira República, inaugurada com a promulgação da Constituição, em 1948, quando do estabelecimento do sistema presidencialista (Lee, 2006).

Em 25 de junho de 1950, os coreanos do norte atacaram o sul. A luta girava em torno da restauração da linha original de demarcação. O Conselho de Segurança da ONU declarou a República Popular agressora, autorizando o envio de tropas internacionais para a região. A intervenção norte-americana ao norte da linha de ocupação provocou a ingerência de tropas



chinesas, que restabeleceram a linha de separação entre as Coreias. Em torno desta (no paralelo 38), foi negociado o armistício em 1953, suspendendo as operações de guerra com o norte (Candotti, 2002). A Guerra da Coreia deixou de 3 a 4 milhões de mortos e cerca de 5 milhões de “deslocados”<sup>8</sup> (Hobsbawn, 1995).

Mais da metade da base industrial foi destruída (Fleury e Fleury, 1997). Por ter predominância agrícola, o sul teve que reiniciar sua reconstrução nacional com um grande contingente populacional em um espaço geográfico bem reduzido (Harvie e Lee, 2003).

Em 16 de maio de 1961, um golpe militar liderado pelo General Park Chung Hee dava início a um longo período de forte influência militar no país (Baker, 2004).

#### 4.1 A ECONOMIA E O RECOMEÇO DA EDUCAÇÃO NA ERA RHEE

O governo do presidente Syngman Rhee, de 1948 a 1960, teve como foco a reconstrução do país. No período, massiva assistência externa foi recebida, principalmente norte-americana. O desenvolvimento industrial foi centrado na substituição de importações, com as pequenas indústrias locais sendo protegidas por altas taxas de importação e restrições quantitativas. O governo, com frequência, fez uso de mecanismos de licenças seletivas de importação e de um complexo sistema de múltiplas taxas de câmbio para favorecer os futuros *chaebols*<sup>9</sup> (Lee, 1996).

A taxa de crescimento do PIB de 1% em 1953 aumentou para 5,9% em 1961, mas a renda *per capita* ainda estava abaixo de US\$ 100. As exportações aumentaram de US\$ 39,6 milhões, em 1953, para US\$ 41 milhões, em 1960 (Nahm, 1996; Lim, 2003).

Em um primeiro esforço consistente de planejamento, o governo lançou um plano trienal de desenvolvimento econômico, em 1960, abandonado com o fim da Primeira República. A Segunda República adotou novo plano e estabeleceu o Serviço de Construção Nacional (Nahm, 1996).

As autoridades do governo militar americano viam a educação essencial na implantação do regime democrático na Coreia. Em novembro de 1945, foi instituído o Comitê Nacional de Planejamento Educacional, composto por educadores coreanos e oficiais do governo americano, com o objetivo de estabelecer um novo sistema (Lee, 2006). Em março de 1946, o Escritório de Educação foi elevado a Ministério da Educação (MOE). Procurou-se estabelecer as bases escolares sob o princípio da oportunidade igual e ofertar treinamento para professores (Nahm, 1996).

Em agosto de 1945, havia em toda a península coreana 2.834 escolas primárias com 1.366.024 crianças matriculadas, 165 escolas secundárias com 83.514 estudantes e 19 instituições de educação superior com 7.819 estudantes, sendo a maioria alocada no sul. As instituições de ensino superior chegaram a 55, em 1950 (Kim e Lee, 2004).

Apesar de limitações severas – como falta de professores e inadequação de estruturas físicas –, em 1946, o governo anunciou um plano que objetivava tornar a educação universal e compulsória até 1951, plano interrompido com o início da Guerra da Coreia (Nahm, 1996).

Desde já, para a transição de cada estágio escolar (elementar para o médio; médio para o médio superior e; médio superior para terciário), eram realizados exames de seleção. Esse sistema recebeu fortes críticas da população levando o MOE a determinar, no início de 1949, que fossem substituídos por testes intelectuais e físicos. A obrigatoriedade da prestação de exames levou à necessidade de reforço escolar privado. Os pais consideravam a educação fornecida na escola insuficiente e, para compensar, contratavam professores privados ou enviavam seus filhos para escolas preparatórias (Seth, 2002).

<sup>8</sup> Segundo Hobsbawn (1995), as duas Coreias juntas tinham cerca de 30 milhões de habitantes antes da guerra.

<sup>9</sup> Segundo Haggard, Lim e Kim (2003), um *chaebol* é definido pelas seguintes características estruturais: a) uma estrutura de governança familiar; b) uma estrutura organizacional de uma *holding* controlada formalmente por firmas independentes; e c) uma estrutura de negócios de forte diversificação.

Segundo Seth (2002), enquanto o governo americano procurou promover todos os níveis de escolaridade, a administração Rhee priorizou universalização da educação primária. A promoção do princípio de igual oportunidade, por meio do qual todos os jovens coreanos teriam acesso, no mínimo, à primeira parte do ciclo educacional, era de grande popularidade e foi rapidamente assimilada pela população. A “campanha nacional pela alfabetização”, promovida com recursos do governo norte-americano, proporcionou o crescimento da taxa de alfabetização, de 22% em 1945 para, aproximadamente, 80% em 1960 (Lee, 1996).

A Guerra da Coreia trouxe muito prejuízo para a educação: destruição de escolas (cerca de 80% das estruturas educacionais foram danificadas ou destruídas, segundo Seth, 2002), perda de funcionários e professores, dispersão de estudantes e desagregação de rotinas diárias. Ainda assim, em 1951, foi promulgado o “Ato Emergencial da Educação em Tempo de Guerra” (*Wartime Emergency Education Act*). A educação não pararia durante a Guerra e foi fundamental na reconstrução após o conflito (MOEHRD, 2007). As atividades educacionais foram desenvolvidas em tendas e em barracas improvisadas em áreas não ocupadas durante a guerra (Nahm, 1996).

Com a assinatura do armistício que finalizou a guerra, a reabilitação do sistema educacional exigiu mais do que a triplicação dos gastos públicos com educação, que passaram de 4,2% do orçamento anual do governo em 1954 para 14,9% em 1959. A maior parte foi alocada para a educação primária, representando de 69 a 80% do total entre 1948 e 1959, e atingindo um pico de 81% em 1960. Em 1979, esse montante caíria para 54% (Kim, 2001).

Harvie e Lee (2003) consideram que a ênfase na educação foi responsável por fornecer ao país uma força de trabalho qualificada, fundamental para as indústrias intensivas em trabalho.

A administração Rhee reiterou a importância do treinamento técnico e vocacional e, tendo sido lançados vários programas neste sentido. O objetivo atender era às necessidades da economia, fornecendo mão-de-obra técnica para a reconstrução do país, apesar da preferência dos estudantes, em geral, pela educação superior acadêmica, que acreditavam ser mais capaz em conduzi-los a uma carreira de prestígio, conferindo-lhes a possibilidade de mobilidade social (Seth, 2002).

## 5 O GOVERNO PARK CHUNG HEE: 1961-1979

O golpe militar de 1961 inaugurou um período de forte dirigismo do Estado na economia (Lim, 2003). Em 17 de outubro de 1972, Park Rhee declarou o regime militar, dissolvendo a Assembléia Nacional, banindo partidos políticos e fechando temporariamente todas as universidades nacionais e faculdades. Era o início da Quarta República (Seth, 2002).

A Constituição foi emendada, recebendo o nome de *Yushin* (revitalização) e vigorando a partir de 21 de Novembro de 1972. Park assumia o controle efetivo sobre o parlamento. Mudanças significativas incluíram a possibilidade de prolongamento indeterminado da presidência de Park, através de eleições indiretas pela Conferência Nacional para a Unificação, o direito do presidente de nomear um terço dos membros da Assembléia Nacional por esta Comissão e de dissolver a Assembléia sempre que necessário (Seth, 2002). Mas em 26 de outubro de 1979, Kim Jae-kyu, chefe da KCIA, assassinou Park e o Primeiro Ministro Choi Kyu-hah se tornou presidente atuante sob a Constituição *Yushin*, sendo, pouco depois, eleito presidente pela Conferência Nacional de Unificação. O assassinato de Park foi seguido por um amplo debate sobre a reforma constitucional e a expectativa de que o regime militar terminaria (Candotti, 2002).

### 5.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO DO PERÍODO 1961-1979

A Coreia era um país carente de recursos como ferro ou petróleo, essenciais para a industrialização. Os principais produtos no setor manufatureiro eram bens de consumo, principalmente alimentos e têxteis e, graças ao uso de algumas tecnologias obtidas através de licenciamentos estrangeiros, algumas *commodities* sofisticadas (World Bank, 2006).

Park reconhecia que a Coréia se encontrava em uma posição vulnerável. Três séries de políticas econômicas inter-relacionadas foram lançadas com o propósito de fortalecer a economia e acabaram constituindo o modelo coreano de desenvolvimento. Primeiro, reformas macroeconômicas com vistas a estabilizar a economia. Segundo, uma parceria de risco entre governo e grandes empresas foi estabelecida através do fornecimento, pelos bancos estatais, de garantias explícitas de repagamento de dívidas para instituições estrangeiras que estendessem seus empréstimos a firmas privadas (Haggar, Lim e Kim, 2003; Lim, 2003; Mo, 2000). Terceiro, ferramentas políticas e incentivos foram mobilizados pelo governo para dar suporte à industrialização e ao aumento das exportações, entre eles: a) subsídios diretos para a exportadores; b) acesso preferencial às licenças de importação; c) empréstimos a taxas preferenciais (Kang, 2004); d) taxas de juros reduzidas para projetos considerados prioritários pelo governo (Kwon, 1997) e) aprovação automática de empréstimos pelos bancos comerciais para firmas com bom desempenho exportador e; f) deduções de impostos. O critério para concessão de benefícios era o desempenho exportador, monitorado de acordo com as metas indicativas estabelecidas no início de cada período (Lim, 2003).

Neste contexto, foi lançado o Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico (I PQDE), cobrindo o período entre 1962 e 1966. Planos anteriores tinham sido desenhados, mas não implantados, devido às mudanças políticas ocorridas no início da década.

Durante o primeiro período do plano, a indústria de energia e as indústrias básicas, incluindo fertilizantes, cimento e refino de petróleo, foram desenvolvidas junto com as indústrias de bens de consumo. No período 1962-73, o valor real total das exportações aumentou em cerca de 30% por ano. Assim, a proporção das exportações no PIB subiu de 6% em 1962 para 30% em 1973. A proporção de produtos industriais no total das exportações aumentou de 27% em 1962 para 86% em 1973. A anterior política de substituição de importações tinha sido limitada devido ao pequeno tamanho do mercado doméstico e a grande exigência de capital (Lee, 1996).

A Coréia já contava com a oferta de mão-de-obra semi-qualificada, fruto do investimento na educação primária realizado nos anos 1950 e mantido na década de 1960 (Lim, 2003).

Para financiar sua estratégia desenvolvimentista, o governo Park fez uso de pesados empréstimos (Lee, 1996), além da disponibilização de recursos do Banco de Desenvolvimento da Coréia e do Fundo de Investimento Nacional (Nahm, 1996). O Banco da Coréia passou a fornecer garantias de repagamento para empréstimos externos (Kang, 2004). As firmas coreanas, por sua vez, aumentaram fortemente a proporção de dívida, enquanto sua lucratividade declinava, aumentando sua vulnerabilidade (Lim, 2003).

O II PQDE, lançado em 1967, visava, principalmente, promover eficiente alocação de recursos através das políticas agrícola, industrial, comercial e social. Buscava-se ainda, melhorar a posição da balança de pagamentos, aumentar a produtividade em geral e promover o desenvolvimento tecnológico (Song, 2003). O Plano também previa a continuidade do uso de mecanismos de incentivo, baseados no desempenho exportador, na contribuição à defesa nacional, na produtividade, na introdução de novos produtos ou promoção de pesquisa e desenvolvimento. A “recompensa” vinha em forma de autorização para expansão, aumentando ainda mais o porte e a diversificação dos conglomerados (Fleury e Fleury, 1997).

Em 1970, a Coréia foi elevada ao status de país recentemente industrializado (NIC), ano em que também ultrapassou a Coréia do Norte em termos de renda *per capita* (Harvie e Lee, 2003).

Ao observar, no entanto, que a competitividade dos produtos manufaturados coreanos no mercado mundial declinava, Park optou por desenvolver um programa de industrialização pesada no início de 1973, firmemente mantido até 1979. O III PQDE (1972-6) enfatizou a promoção das

indústrias pesadas e químicas<sup>10</sup>, estratégia conhecida como *Heavy-Chemical Industrialization* ou HCI. Juntamente com ela, o sistema educacional deveria ser devidamente renovado, a fim de atender a demanda por mão-de-obra técnica (Seth, 2002).

Em 1972, os órgãos públicos detinham 87% do valor agregado gerado no sistema financeiro, o que representava o controle de mais de 2/3 dos recursos que se podiam investir no país. Com o suporte financeiro, os principais *chaebol* mais do que dobraram sua participação no PIB entre 1973 a 1978 (Lim, 2003). O crescimento dos *chaebol*, segundo Canuto (1994), só foi possível mediante elevadíssimas razões dívida/capital próprio. As receitas das atividades correntes eram usadas para a continuidade do aprendizado tecnológico<sup>11</sup> e para compor a parcela de recursos próprios em novos investimentos, ao invés do resgate das dívidas anteriores.

A Coreia gastou cerca de US\$ 681 milhões em *royalties* para importar *know-how* durante os anos 1962-1982, o que representou 47,4% de todo o investimento em negócios estrangeiros no período (Nahm, 1996). Os trabalhadores foram encorajados a se especializarem. A competição global imposta pela orientação para fora forçou o governo e as firmas a investirem ativamente na acumulação de capital humano para a economia (Lee, 1996).

Assim como exposto por Romer (1990), a mudança tecnológica, responsável pela sustentação do crescimento, depende de investimentos conscientes das firmas em treinamento e educação. O investimento em educação pode contribuir no progresso técnico pela geração de inovações e pela difusão e adoção de novas tecnologias, afetando a produtividade. Canuto (1994) deixa claro que, no caso coreano, estes investimentos envolveram uma série de itens que, juntos, levaram as empresas a avançarem tecnologicamente.

O rápido crescimento da economia causou uma crescente disparidade entre as classes econômicas, entre indústrias de exportação e domésticas, entre firmas de diferentes tamanhos e entre regiões. Como consequência, promover a equidade tornou-se prioridade tanto do III quanto do IV PQDE. Outros objetivos do III PQDE foram o aperfeiçoamento dos recursos humanos e da ciência e tecnologia; a distribuição espacial das indústrias de forma mais eficiente e a melhoria do bem-estar da população em geral (Song, 2003).

Em 1977, foi lançado o IV PQDE, onde, dentre as direções principais, constavam o aumento dos investimentos em capital físico; o equilíbrio da Balança de Pagamentos; a promoção da reestruturação industrial e do aumento da competitividade internacional; o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a expansão do emprego e a melhoria da distribuição de renda. Novamente a educação fazia parte do projeto de desenvolvimento, já que para desenvolver ciência e tecnologia, contava-se com a participação dos setores secundários e terciários de ensino. Foi concedido suporte financeiro às empresas que promovessem treinamento da mão-de-obra e pesquisa e desenvolvimento. A transição para a industrialização pesada foi completada na década de 1970, mas com excesso de capacidade em várias indústrias pesadas (Cheng e Haggard, 1987; Canuto, 1994).

Em 1977, oficiais do governo começaram a ver dificuldades no HCI e formularam alternativas para a reforma econômica, interrompidas pela segunda crise do petróleo e pelo assassinato de Park em outubro daquele ano. No entanto, o regime de Chun Doo-hwan procurou dar-lhe continuidade (Cheng e Haggard, 1987).

## 5.2 EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO PERÍODO 1961-1979

---

<sup>10</sup> Tais indústrias produziam ferro e aço, metais não-ferrosos, navios, eletrônicos, fertilizantes, químicos, petroquímicos, cimento, automóveis e outros equipamentos pesados (Cheng e Haggard, 1987).

<sup>11</sup> Os *chaebol* mantinham programas de treinamento interno que visavam desenvolver o aprendizado tecnológico. Importava-se tecnologia estrangeira e executava-se a engenharia reversa (desmontagem e remontagem). A presença de técnicos japoneses contribuiu muito para a transferência de *know-how* (Nahm, 1996; Canuto, 1994).

Segundo Seth (2002), o governo Park, desde o início, procurou coordenar a política educacional com a estratégia econômica, mantendo a ênfase à educação vocacional e técnica, cujas qualificações ensinadas nas escolas deveriam atender as necessidades da economia. O Primeiro Plano de Desenvolvimento Educacional (1962-1966), lançado para operar paralelamente ao I PQDE, apontava a qualificação da mão-de-obra como objetivo principal (Kim, 2001).

No final dos anos 1960, os esforços do governo gradualmente foram mudando para o nível secundário (Kim, 2001). A percentagem do orçamento educacional no orçamento nacional aumentou de 15,2%, em 1960 para 23,2%, em 1980 (Nahm, 1996).

Em 1968, o exame de entrada para as escolas médias foi substituído por um sistema de loterias que distribuía aleatoriamente estudantes entre as escolas - públicas ou privadas<sup>12</sup> - após sua aprovação em um exame de qualificação. As escolas privadas responderam rapidamente, aumentando sua capacidade (Kim, 2001). Política semelhante foi adotada para a escola média superior em 1973: abolição do exame de entrada e introdução do sistema de distribuição aleatória de estudantes (Nahm, 1996). Essas medidas acabaram por deslocar o foco da educação para o exame de entrada no nível superior (Seth, 2002). Como resultado, o número de estudantes da escola média aumentou quatro vezes entre 1961 e 1980. A proporção de estudantes em idade própria neste nível aumentou de 33% em 1960 para 95% em 1980. Em 1995, atingiria 99%. As matrículas da escola média superior alcançariam 90% no final de 1990 (Seth, 2002).

A orientação para o treinamento técnico permaneceu. Segundo Seth (2002), em 1962, havia 338 escolas médias superiores acadêmicas com 199.000 estudantes e 283 escolas médias superiores agrícolas, técnicas e comerciais, com 124.000 estudantes – um aumento substancial sobre o ano anterior em favor da educação vocacional. No final do Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento Educacional, em 1966, havia 397 escolas médias superiores acadêmicas com 259.000 estudantes e 337 escolas médias superiores vocacionais com 174.000 estudantes.

A ligação entre planos educacionais e econômicos se tornou mais importante durante o III PQDE (1972-1976). A proporção do orçamento alocado para a educação vocacional dobrou entre 1970 e 1979 (Seth, 2002). Uma oferta estável de mão-de-obra técnica passou a ser considerada crítico pelo governo para o sucesso das indústrias pesadas e químicas (Kim, 2001).

Um dos obstáculos na tentativa de coordenar o desenvolvimento educacional com o planejamento econômico foi a ausência de um planejamento educacional de longo prazo. Enquanto a política educacional geral mantinha características consistentes –desenvolvimento seqüencial, ênfase na educação básica universal, currículo nacional uniforme e treinamento continuado de professores – na prática, os detalhes dos planos específicos tendiam a ser feitos *ad hoc* e eram, com frequência, subseqüentemente modificados ou abandonados. Tal situação foi agravada com as curtas posses dos ministros da educação.

## **6 O GOVERNO MILITAR DE CHUN DOO-HWAN: 1980-1987**

Em 12 de Dezembro de 1979, um golpe encabeçado pelo Major General Chun Doo-hwan declarou o regime militar, resultando em dissolução da Assembléia Nacional e do banimento dos partidos políticos por quase um ano (Baker, 2004). A estrutura inaugurada com a Quinta República, em 1980, manteve o poder concentrado nas mãos do executivo. O presidente seria eleito indiretamente para um período de sete anos (Baker, 2004), por um colégio eleitoral formado de delegados afiliados em partidos nacionais. Chun Doo-hwan concorreu e venceu sob o novo sistema, em 1981 (Cheng e Haggard, 1987). Mas, em 1986, fortes protestos levaram Chun a concordar com uma emenda à Constituição (Baker, 2004; Cheng e Haggard, 1987) que estabelecia eleições diretas.

---

<sup>12</sup> As mensalidades das escolas médias públicas e privadas eram equivalentes.

O crescimento da economia coreana foi negativo no ano de 1980 (-4,8%), como fruto do segundo choque do petróleo e da recessão mundial. Em busca da reversão desse quadro, a promoção das exportações foi novamente priorizada (Song, 2003).

Em 1982, foi lançado o V PQDE, que tinha, além dos objetivos principais de alcançar a estabilidade econômica e reduzir as despesas, os seguintes: a) aumento da competitividade das indústrias pesadas; b) desenvolvimento das instituições financeiras; c) solidificação do sistema competitivo e promoção da abertura comercial e; d) desenvolvimento da força de trabalho e promoção da ciência e tecnologia (Song, 2003).

Pressões pela liberalização forçaram o governo a abandonar alguns instrumentos de política usados para disciplinar firmas privadas (Lim, 2003). Problemas com excesso de capacidade apresentaram-se em setores como na petroquímica, na maquinaria pesada, na construção civil, em alguns metais não-ferrosos e na navegação, levando o Estado a direcionar negociações em torno de fusões, especializações em segmentos distintos de mercado ou simplesmente saída de firmas (Canuto, 1994). Os bancos estatais iniciaram cortes de crédito para as maiores firmas coreanas (Cheng e Haggard, 1987). Empréstimos foram deslocados para pequenas e médias empresas, para indústrias leves e de alta tecnologia. A política tributária foi alterada em 1982, com extinção de taxas preferenciais, redução gradual de subsídios fiscais, privatização de empresas públicas, mudança dos controles diretos monetários para indiretos, redução do empréstimo externo e melhoria da administração da taxa de câmbio (Song, 2003). Mas estes esforços foram parcialmente prejudicados pela fragilidade das grandes empresas. Em 1985, o governo teve que criar um fundo no Banco da Coréia para evitar a falência e a quebra de bancos (Cheng e Haggard, 1987).

Em termos macroeconômicos, houve melhorias: as taxas de inflação e desemprego caíram, e as taxas de crescimento do PNB, exportações e de poupança cresceram, levando o VI PQDE (1987-91) focar na eficiência da competitividade internacional (Song, 2003).

A educação vocacional enfraqueceu nos anos 1980. Sob o presidente Chun Doo-hwan, a matrícula nas escolas médias superiores acadêmicas cresceu mais rápido do que nas escolas vocacionais. O Estado optou por atender a demanda pública, permitindo o aumento das matrículas no nível superior e a abertura de novas instituições privadas, resultando em forte expansão (Kim e Lee, 2004). As matrículas subiram de 615.000 em 1980 para 1.490.000 em 1990 (Seth, 2002).

A percentagem de estudantes do ensino médio que avançaram para as faculdades nos anos 1980 foi a segunda maior do mundo após os Estados Unidos. Esse fato foi possibilitado pela relativa igualdade de renda, que, mesmo tendo piorado nos anos 1970 e 1980, ainda permitia que a maior parte dos pais arcasse com os custos do ensino terciário (Harvie e Lee, 2003).

## **7 O PERÍODO DEMOCRÁTICO: 1987 EM DIANTE**

Em 1989, a Coréia foi considerada oficialmente como país desenvolvido (Harvie e Lee, 2003), após seu PIB *per capita* ter atingido a marca de US\$ 7.000.

Em 1992, foi lançado o VII PQDE (1992-1996), enfatizando o papel do setor privado na economia e especificando várias direções políticas, mas, acabou sendo suspenso e substituído antes do final de seu segundo ano pelo Plano Quinquenal da Nova Economia (1993-7), preparado pelo governo de Kim Young-sam. Nele, foi reforçada a importância das reformas com o objetivo de elevar a Coréia ao nível dos países industrialmente avançados até 1997. Elas implicavam maior liberalização do mercado, desregulamentação do setor financeiro e promoção de investimento externo direto. Um dos resultados foi a admissão da Coréia na OCDE em 1996 (Kwon, 1997)

As principais direções políticas contidas no plano e apontadas por Song (2003) foram: a) reforço do crescimento potencial da economia; b) expansão do marketing internacional; c) melhoria das condições de vida e moradia e; d) reforma das instituições.

Face aos crescentes desequilíbrios macroeconômicos, o governo perseguiu uma política de estabilização ampla em 1991. O crescimento foi superior a 8,5% ao ano no período 1994-1995, devido a fortes investimentos e rápida expansão das exportações (Kang, 2004).

Em 1995, o won coreano foi valorizado, apesar das pressões contrárias do mercado. Tentava-se garantir a competitividade através da reestruturação corporativa, em vez do uso do mecanismo cambial. O déficit em conta corrente chegou a 24 bilhões de dólares (5% do PIB) em 1996, mesmo ano em que a Coreia foi severamente impactada por desfavoráveis choques externos e pela deterioração dos termos de troca. Os preços dos principais bens de exportação caíram consideravelmente em 1996, enquanto a dívida externa atingia o pico em 1996 (Mo e Moon, 1998).

Em 1995, a razão dívida/capital próprio dos 30 maiores *chaebol* estava em 347,5%, aumentando para 386,5% em 1996 e 519% em 1997. A Coreia esteve às vésperas de uma crise de dívida, o que não diminuiu os créditos fornecidos pelas instituições financeiras (Lim, 2003). A crise ficou mais evidente quando o governo permitiu a falência de um grande *chaebol*, o Grupo Hanbo. A comunidade financeira mundial, que emprestou muito para firmas coreanas, reagiu ao incidente com alarme, tornando-se relutante em emprestar ou postergar dívidas existentes (Mo e Moon, 1998; Ryan, 2000). Em 1997, outros dos trinta maiores *chaebol* em 1997 – Kia, Sammi, Jinro, Haitai e New-Core Groups – faliram (Ryan, 2000). Os lucros corporativos dos *chaebol* caíram para seu menor nível em 1996 (Mo e Moon, 1998).

No final de setembro, as reservas de moeda estrangeira estavam em US\$ 22,4 bilhões e no início de outubro, caíram para US\$ 7,3 bilhões (Mo e Moon, 1998), levando o governo a requerer assistência ao FMI (Ryan, 2000; Mo e Moon, 1998). Em troca, uma radical reestruturação neoliberal foi empreendida, com a adoção de medidas para desregular e liberalizar a economia. Restrições sobre o movimento de capital e propriedade estrangeira seriam deixadas para induzir o investimento externo nos ativos nacionais (Mo e Moon, 1998), resultando, já em 1998, em desaceleração do crescimento, aumento da pobreza e da desigualdade, estagnação do investimento e venda de firmas e bancos coreanos para estrangeiros (Crotty e Lee, 2006).

O crescimento do PNB, em 1998, foi negativo (-6,7%), gerando intensas críticas ao modelo coreano de desenvolvimento, pela histórica ligação entre governos, grandes conglomerados e bancos (Haggard, Lim e Kim, 2003). Mas em 1999, a situação começou a inverter: a crise de liquidez acabou e a taxa de juros foi estabilizada. Um rápido aumento no superávit em conta corrente em 1998 aliviou a carência de moeda estrangeira (Mo, 2000).

Entre 1997 e 2002, o produto nas indústrias de manufatura baseadas em conhecimento, tais como computadores, semicondutores e instrumentação de precisão, aumentou 87%. Nas indústrias de serviço intensivas em conhecimento tais como *software* e *e-commerce*, o crescimento foi de 26%. Em 2000, a manufatura de alta e média tecnologia e intensiva em conhecimento representou uma proporção maior do valor adicionado bruto na Coreia (cerca de 15%) do que em qualquer outro país da OCDE, menos Irlanda, refletindo a alta prioridade dada, no período, à pesquisa e desenvolvimento, e a políticas que visaram tornar o conhecimento em produtos comerciais. A educação terciária assume aqui alta importância (Grubb et al., 2006).

## 7.1 A EDUCAÇÃO A PARTIR DOS ANOS 1990

O governo de Kim Young-sam (1993-1997) organizou a Comissão Presidencial para a Reforma Educacional (PCER), em fevereiro de 1994, com o propósito de formar um consenso nacional sobre o desenvolvimento educacional de longo prazo. Em seu primeiro programa de reforma (1995), o PCER mostrou que seu objetivo era eliminar práticas como o ensino orientado exclusivamente para os exames e o excesso de aulas privadas extras. Buscava-se preparar melhor os alunos para a transição para a “sociedade do conhecimento”<sup>13</sup>.

---

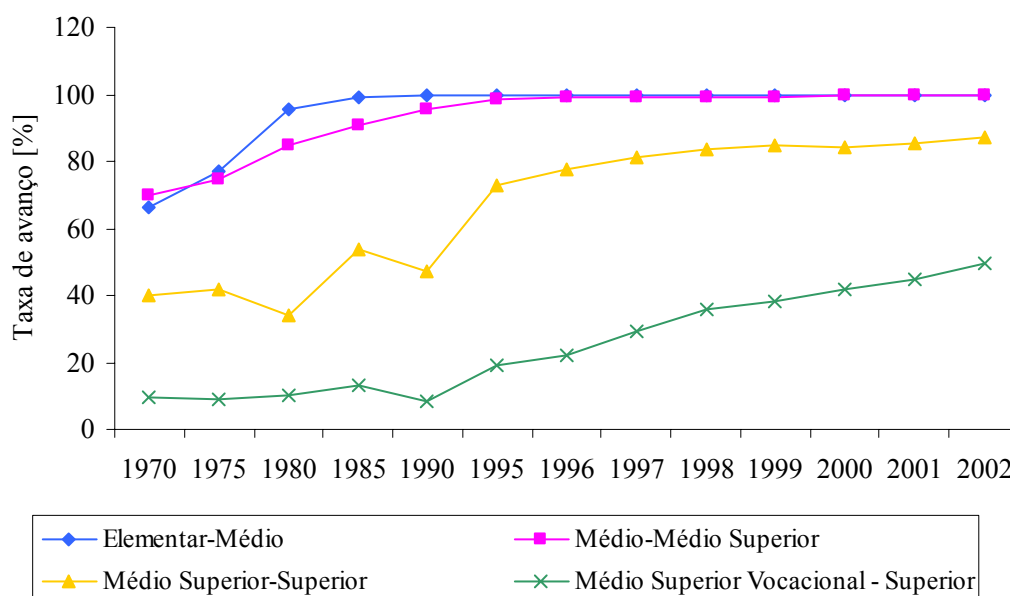
<sup>13</sup> Segundo definição do Banco Mundial (2006), um país alcança o status de “economia do conhecimento” quando o uso e a criação sustentados do conhecimento são o centro de seu processo de desenvolvimento econômico. Nela, o conhecimento é adquirido, disseminado e usado efetivamente para garantir o crescimento. A transição com êxito para

Segundo Kim e Han (2002), foram propostas as seguintes direções gerais: a) construção da base para uma sociedade de educação aberta e de ensino continuada; b) diversificação e especialização do sistema universitário; c) gerenciamento autônomo da educação primária e secundária; d) currículo que desenvolva personalidade e criatividade; e) um sistema de entrada nas faculdades que diminua o ônus sobre os cidadãos; f) valorização da individualidade dos estudantes; g) construção de um sistema que garanta e suporte os fornecedores de educação; h) treinamento efetivo de professores e h) garantia de que 5% do PIB iria para o orçamento educacional.

A reforma também garantia às universidades o direito de determinar cotas para calouros e o tamanho de seus departamentos. Isso revertia quarenta anos de política do Estado (Seth, 2002).

O Gráfico 4 apresenta a taxa de avanço entre os níveis escolares, que indica a percentagem de alunos graduados no nível anterior que se matriculou no nível imediatamente subsequente. Ele mostra que proporções cada vez maiores de graduados de um nível se moveram para o próximo no período. Em 1996, esse índice atingiria 100%<sup>14</sup> para a transição elementar-médio e médio-médio-superior, como resultado da política de obrigatoriedade dos nove primeiros anos de ensino (correspondente à escola elementar e média).

Gráfico 4 – Taxa de avanço entre os níveis escolares, Coréia do Sul, 1970-2002



Fonte: MOEHRD (2007)

Nota: A taxa é calculada da seguinte forma: número de matrículas do nível posterior dividido pelo número de graduados do nível anterior x 100.

A transição dos formados da escola média superior para o nível terciário foi maior do que a do vocacional para o superior em todo o período, por duas razões: primeiro, havia proporcionalmente mais alunos no secundário superior acadêmico do que no vocacional. Segundo, o secundário vocacional em vários cursos era considerado um nível terminal, formando técnicos. A taxa crescente de avanço para o superior se deu, mesmo assim, porque muitos estudantes preferiam prestar o exame de entrada nas faculdades e atingir graus superiores.

---

tal estágio envolve o investimento de longo prazo na educação, o desenvolvimento da capacidade de inovação, a modernização da infra-estrutura de informação e um ambiente econômico que facilite as transações do mercado.

<sup>14</sup> O que não indica a inexistência de evasão ou repetência. O índice mostra que 100% dos formados no nível anterior continuavam seus estudos no nível seguinte.



Os anos 1990 também trouxeram um grande desafio para a educação superior coreana. Desde 1970, é possível observar que, cada vez mais, a economia tem adotado tecnologia e inovação como componentes diferenciadores principais de seus bens manufaturados. Mas agora, o crescimento dependeria do desenvolvimento de *know-how* técnico próprio (Seth, 2002). Essa percepção fez o governo coreano, nos anos 1990, tornar a transição para a sociedade do conhecimento um de seus alvos principais.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento (P&D) aumentaram como proporção do PIB, de 0,25% em 1963 para 2,84% em 2004. O número de pesquisadores também cresceu mais de 100 vezes durante o mesmo período, de 1.900 para 209.979. O aumento nos gastos totais com P&D tem sido possível graças à expansão ativa dos investimentos pelo setor privado, ao mesmo tempo em que tem levado a um correspondente aumento na inovação e na adoção de tecnologias estrangeiras.

O governo criou, ainda, um programa de reforma da educação superior intitulado “*Brain Korea 21*” (BK 21), cujo objetivo era preparar recursos humanos altamente qualificados para o século XXI. Sob o BK-21, o Estado investiria consideráveis somas nos cursos técnicos, de engenharia e de ciências em geral nas universidades que estabelecessem novos programas de graduação e empreendessem pesquisas (Moon e Kim, 2001).

A expansão do nível superior foi amplamente fruto da iniciativa privada, após a abolição do sistema de cotas. Ela permitiu a oferta de vagas suficientes para acomodar a maior parte dos estudantes. Em 1998, a Coreia investiu 2,51% de seu PIB em educação terciária, nível superior à maioria dos países da OCDE. Os recursos privados respondiam por 83,3% do total (Tabela 2).

Em 2001, 87,5% do orçamento do governo com educação foi dirigido para o ensino elementar e secundário; 3,2% com educação superior; 1% com educação continuada e 8,3% com outros tipos de ensino (MOEHRD, 2005).

Tabela 2 – Despesas de instituições de educação superior e sua fonte, países selecionados, 1998

Países	[%] do PIB	Recursos Públicos [%]	Recursos Privados [%]
Alemanha	1,04	92,1	7,9
<b>Coréia do Sul</b>	<b>2,51</b>	<b>16,7</b>	<b>83,3</b>
Estados Unidos	2,29	46,8	53,2
França	1,13	85,5	14,5
Inglaterra	1,11	62,7	37,3
Irlanda	1,38	72,6	27,4
Japão	1,02	41,7	58,3
México	0,89	87,9	12,1
Suécia	1,67	89,3	10,7
Suíça	1,11	98,5	1,5
Média da OCDE	1,33	77,3	22,7

Fonte: OCDE, apud KIM e LEE (2004).

O sucesso quantitativo da educação coreana foi resultado, no quesito financiamento, da composição entre investimentos do governo fortes na base e mais fracos no topo e grande participação da iniciativa privada, em percentagens crescentes, conforme o nível de ensino avança.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência coreana atraiu muitos pesquisadores, principalmente na década de 1990. Afinal, esse “Tigre Asiático” superou a pobreza e a destruição da guerra em tempo relativamente curto, alcançando excepcionais taxas de crescimento, principalmente entre os anos de 1965 e 1996. A educação recebeu prioridade na superação das fragilidades observadas na década de 1950.

Quando do estabelecimento do governo militar americano, na década de 1940, dada a importância da educação na democratização do país, entendia-se por sua oferta em todos os níveis. A ênfase foi alterada sob Syngman Rhe, quando o foco esteve sobre a alfabetização e a

universalização do ensino elementar. Como o projeto de desenvolvimento do período 1948-1961 era, basicamente, um projeto de reconstrução da nação, a política educacional objetivava garantir que toda a população coreana estivesse minimamente qualificada, a fim de atender a demanda das manufaturas intensivas em trabalho que começavam a se desenvolver.

O período Park Chung Hee (1962-1973) foi marcado pela ênfase no desenvolvimento econômico, a partir da industrialização voltada para as exportações. O dirigismo do governo em favor de grandes conglomerados e traduzido em um complexo sistema de garantias de repagamento e políticas de incentivo formou o modelo de desenvolvimento coreano, aprofundado na estratégia HCI. A universalização do nível primário permitiu o deslocamento dos esforços para o nível secundário, principalmente sobre a educação vocacional e técnica, uma vez que esta era entendida como fundamental para prover um nível adequado de qualificação da força de trabalho para atender às demandas da indústria. Tal esforço encontrou resistência dos alunos e pais, que claramente preferiam a educação acadêmica e da preferência dos empregadores pela educação acadêmica, já que as qualificações do trabalho poderiam ser adquiridas nas próprias empresas.

A expansão do ensino superior, iniciada com mais força no período Chun (1980-87) parece ter se dado muito mais em função da pressão popular pela expansão das cotas. A resposta foi a permissão de que mais instituições fossem abertas e que maior quantidade de vagas fosse disponibilizada, resultando em forte crescimento. Diante dos vários desafios macroeconômicos postos ao governo na década de 1980, a principal forma de manter o crescimento foi dar continuidade à ênfase às exportações. Mas, cada vez mais, se entendia que as firmas coreanas precisavam desenvolver tecnologias que lhes garantisse a oferta de bens e serviços que tivessem o conhecimento como seu principal componente e a educação deveria ajudar nesse processo. A qualificação da mão-de-obra, fruto dos investimentos anteriores, foi, mais uma vez, fundamental.

Nos anos 1990, governo promoveu importantes reformas na educação, com vistas a proporcionar o desenvolvimento da criatividade individual, objetivando elevar a Coreia ao status de sociedade do conhecimento. Medidas salutaras nesse sentido foram a eliminação do sistema de cotas do ensino superior, resultando em expansão das matrículas, e o aumento dos gastos com educação, como porcentagem do PIB.

Assim, a hipótese adotada nesse trabalho, de que o governo considerou a educação como chave no processo de desenvolvimento econômico em todo o período de análise, variando apenas a intensidade e a forma, encontra respaldo empírico.

Há que se colocar, todavia, que o período Chun-Doo-hwan (1980-1987), o governo parece apenas ter dado continuidade às estratégias educacionais dos governos predecessores. A diferença foi ter permitido que, principalmente por meio da iniciativa privada, o ensino superior fosse expandido. A ligação com o desenvolvimento aqui esteve na compreensão de que era importante para a economia o desenvolvimento tecnológico, que viria, tanto pela educação formal, quanto pela experiência no trabalho. Mas a atitude do governo foi mais passiva e menos enfática.

A seqüencialidade da expansão educacional é característica que merece destaque. Como visto, os anos 1950 e 1960 assistiram a universalização do ensino primário; os anos 1970, viram a expansão do secundário, e por fim, os anos 1980 e 1990, do ensino superior. Apesar dessa coerência na estratégia global, o MOE sofreu com a constante mudança de ministros da educação e de adoção de políticas. Várias tentativas de enquadrar a educação na visão do governo, notadamente a vocacional e técnica, foram revistas e reformuladas após a constatação de seu relativo fracasso e da insatisfação dos alunos, pais e professores. Mas frise-se a importância da continuidade, mesmo em tempos de guerra, crises econômicas e mudanças no quadro político. Em todo o período, a educação recebeu seu espaço fundamental no processo de desenvolvimento.

As contribuições teóricas enfatizaram que o capital humano exerce papel positivo na determinação do crescimento econômico. Investir em educação é uma tomada consciente de decisão, seja por quem irá adquirir o conhecimento, seja pelo empregador que irá desfrutar das habilidades adquiridas pelo trabalhador. Quanto investir depende de quanto a educação pode proporcionar, ou seja, sua taxa de retorno. O crescimento econômico virá do aumento da

produtividade que a educação irá gerar e da capacidade inovativa adquirida pelos trabalhadores, que resultará em avanço tecnológico. Em coerência com as teorias apresentadas, a educação associada à experiência prática, permitiu à Coréia absorver mais eficientemente tecnologias, desenvolver *know-how* técnico e, por fim, tornar o país um fornecedor de produtos intensivos em conhecimento.

Todas estas questões levam a crer que a Coréia está na trajetória correta rumo à sociedade do conhecimento. A ênfase do governo na educação, como forma de contribuir no projeto de desenvolvimento, nesta nova fase, onde as taxas do PIB ainda avançam, mas a uma velocidade bem menor, não deverá mudar mesmo após este objetivo ser alcançado. Afinal, ser uma economia intensiva em conhecimento exigirá, sempre, priorizar a educação.

## 9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKER, C. Korea: Challenges for Democratic Consolidation. In: ROLFE, J. (Ed.). *The Asia-Pacific: A Region in Transition*. Honolulu: Asia Pacific Center for Security Studies, 2004. Disponível em: <http://www.apcss.org>. Acesso em: 5 maio 2007.
- BECKER, G. S. *Human Capital. A Theoretical and Empirical Analysis*, whit Especial Reference to Education. New York: National Bureau of Economic Research, 1964.
- BLANCHARD, O. *Macroeconomia: Teoria e Política Econômica*. Tradução da 2ª ed. americana. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- CANDOTTI, E. Educação e Movimentos Sociais na Coréia do Sul. In: GUIMARÃES, S.P. (Org.). *Coréia: Visões Brasileiras*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2002. p. 11-32.
- CANUTO, O. *Brasil e Coréia do Sul: os descaminhos da industrialização tardia*. São Paulo: Nobel, 1994.
- CHA, Y. K. Education and Science as Strategies for South Korean National Development. In: BRASLAVSKY, C.; WERTHEIN, J. (Ed.). *Education, Economy and Development: Learning for Successful Cases*. Genevam: International Bureau of Education, Unesco, 2004. p. 107-132.
- CHENG, T. J.; HAGGARD, S. *Newly Industrializing Asia in Transition: policy reform and american response*. California: Berkeley, 1987, cap. 2.
- CROTTY, J.; LEE, K. K. The Effects of Neoliberal 'Reforms' on the Post-Crisis Korean Economy. *Review of Radical Political Economics*, v. 38, n. 3, 2006. Disponível em: <http://rrp.sagepub.com/cgi/content/abstract/38/4/669>. Acesso em: 5 jun. 2007.
- FLEURY, A.; FLEURY, M. T. L. *Aprendizagem e Inovação Organizacional: As experiências de Japão, Coréia e Brasil*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- GRUBB, N. et al. *Tertiary Review Korea*. Thematic Review of Tertiary Education. OECD, 2006. (Country Note). Disponível em: <http://www.oecd.org>. Acesso em: 6 jul. 2007.
- HAGGARD, S.; LIM, W.; KIM, E. *Economic Crisis and Corporate Restructuring in Korea: Reforming the Chaebol*. Cambridge University Press, 2003.
- HARVIE, C.; LEE, H. H. Export-Led Industrialization and Growth: Korea's Economic Miracle, 1962-1989. *Australian Economic History Review*, v. 43, n. 5, p. 256-286, 2003. Disponível em: <http://www.blackwell-synergy.com/doi/pdf>. Acesso em: 1 dez. 2005.
- HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JONES, C. I. *Introdução à Teoria do Crescimento Econômico*. Tradução de Maria José Cylar Monteiro. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- KANG, M. S. Korea's Economic Development and Role of Government. In: WON, C.O.; RESENDE, L.F.L. (Org.) *Brazil-Korea: an Agenda for Development*. Brasília: IPEA, 2004.
- KIM, G. J. Education Policies and Reform in South Korea. In: WORLD BANK. *Secondary Education in Africa: Strategies for Renewal*. World Bank Regional Workshop on the Renewal of Secondary Education in Africa. Mauritius, Africa, dec. 2001, p. 29-39. (Africa Region Human

- Development Working Paper Series). Disponível em: <http://worldbank.org> . Acesso em: 13 jun. 2007.
- KIM, W. G.; HAN, Y. K. *Attracting, Developing and Retaining Effective Teachers: Background Report for Korea*. OECD, Korean Educational Development Institute. Aug. 2002. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/18/23/2713221.pdf> . Acesso em: 1 fev. 2007.
- KWON, O. Y. Korean Economic Developments and Prospects. *Asian-Pacific Economic Literature*, v. 11, n. 2, p. 15-39, nov. 1997. Disponível em: <http://www.blackwell-synergy.com/doi/pdf> . Acesso em: 1 dez. 2005.
- LEE, J. K. Korean Higher Education under the United States Military Government: 1945-1948. *Radical Pedagogy*, 2006. Disponível em: [http://radicalpedagogy.icaap.org/content/issue8\\_1/lee.html](http://radicalpedagogy.icaap.org/content/issue8_1/lee.html) . Acesso em: 5 jun. 2007.
- LEE, J. W. *Economic Growth and Human Development in the Republic of Korea, 1945-1992*. United Nations Development Program, 1996. (Ocasional Papers, n. 24). Disponível em: [http://hdr.undp.org/docs/publications/ocasional\\_papers/oc24aa.htm](http://hdr.undp.org/docs/publications/ocasional_papers/oc24aa.htm) . Acesso em: 1 jul. 2007.
- LIM, P. W. *Path Dependence in action: The adoption and persistence of the Korean Model of Economic Development*. World Bank, 2003. Disponível em: [http://info.worldbank.org/etools/docs/library/207219/PAD\\_sund91919\\_ch06.pdf](http://info.worldbank.org/etools/docs/library/207219/PAD_sund91919_ch06.pdf) . Acesso em: 20 ago. 2006.
- MANKIW, N. G. *Macroeconomia*. 5. ed. LTC Editora: Rio de Janeiro, 2003. cap. 8. Tradutor: A. B. Pinheiro de Lemos. Revisor Técnico: Leonardo Weller. Publicado originariamente nos Estados Unidos por Worth Publishers, New York and Basigstoke, 2003.
- MANKIW, N. G.; ROMER, D.; WEIL, D. N. *A Contribution to the Empirics of Economic Growth*. Massachusetts, USA: National Bureau of Economic Research, 1990. (Working Paper, n. 3541). Disponível em: <http://papers.nber.org> . Acesso em: 10 maio 2007.
- MILTONS, M. M. *Educação e Crescimento Econômico na Coréia do Sul após 1945*. 183 f. Dissertação (Mestrado em Economia)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.
- MO, J. *The Politics of Economic Reform: South Korea*. Carnegie Endowment for International Peace, 2000. Disponível em: <http://www.ceip.org/files/pdf/2Mo.pdf> . Acesso em: 31 jan. 2007.
- MO, J.; MOON, C. I. *Democracy and the Korean Economic Crisis*. Northeast Asia Peace and Security Network. NAUTILUS Institute for Security and Sustainable Development. Northeast Asia Peace and Security Project, 1998. (Essay). Disponível em: [http://www.nautilus.org/fora/security/15A\\_MoMoon.html](http://www.nautilus.org/fora/security/15A_MoMoon.html) . Acesso em: 10 maio 2007.
- MOEHRD. Ministry of Education Human Resources Development. *Educational Budget*. Introductory material prepared for the Japanese Education Ministry delegation on their visit to the Ministry on Dec. 6, 2005. Disponível em: <http://english.moed.jgo.kr> . Acesso em: 5 jun. 2007.
- MOON, M.; KIM, K. S. A Case of Korean Higher Education Reform: The Brain Korea 21 Project. *Asia Pacific Education Review*, v. 2, n. 2, p. 96-105, 2001. Disponível em: <http://aped.snu.ac.kr> . Acesso em: 31 jan. 2007.
- NAHM, A. *Korea: Tradition and Transformation*. A History of the Korean People. 2th ed. Hollyn: 1996. cap.12, p. 447-480.
- ROMER, P. M. Endogenous Technological Change. *Journal of Political Economy*, v. 98, n. 5, p. S71-S102, out. 1990.
- RYAN, L. The "Asian economic miracle" unmasked. The political economy of the reality. *International Journal of Social Economics*, v. 27, n. 7/8/9/10, p. 802-815, 2000. Disponível em: <http://www.emerald-library.com> . Acesso em: 20 dez. 2005.
- SCHULTZ, T. W. *O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa*. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- SETH, M. J. *Education Fever: Society, Politics and the Pursuit of Schooling in South Korea*. Hawaii studies on Korea – USA. Center for Korean Studies, University of Hawaii. 2002.
- SOLOW, R. M. A Contribution to the Theory of Economic Growth. *Quarterly Journal of Economics*, vol. 70, p. 65-94, 1956. Disponível em: <http://www.wren-network.net/resources/2005->

[11.Solow.contribution.pdf](#) . Acesso em: 19 jan. 2007.

SONG, B. N. *The Rose of Korean Economy*. 3th ed. New York: Oxford University Press, 2003.

WORLD BANK. *Korea as a Knowledge Economy*. 2006. Disponível em:

<http://www.worldbank.org> . Acesso em: 15 set. 2007.